

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL



## FABIANA FRANCO CABRAL LIMA

Graduação em Letras pela Faculdade Letras na Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos em 2004. Especialista em Português e Inglês pela Faculdade Letras na Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos em 2004. Professora de Ensino Fundamental II e Médio - Língua Portuguesa e Língua Inglesa na EMEF Célia Regina Lekevicius Consolin.

## RESUMO

O presente trabalho tem objetivo de verificar a importância do conhecimento do processo histórico da inclusão. A metodologia do trabalho é uma pesquisa bibliográfica, de livros e artigos. Foram analisadas obras como: Pacheco (2007) com o livro caminhos para uma inclusão, da biblioteca digital; Lopes e Fabris (2013) que criticam sobre a inclusão e coloca melhor algumas definições, entre outros. O processo da educação inclusiva desde a colonização trouxe muitos aspectos e situações que marcam o processo histórico da educação. A inclusão escolar, enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios ou exigências de natureza alguma, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos, requerendo um processo de ressignificação de concepções e práticas, nos quais os educadores passem a compreender a diferença humana em sua complexidade. A inclusão na educação teve um processo histórico, anteriormente com diversos tratamentos para pessoas com deficiência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desafios; Educação; Inclusão.

## INTRODUÇÃO

Um dos maiores princípios da inclusão é o reconhecimento da diversidade e a valorização de todos dentro da educação. Ocorreram muitas conquistas dentro do processo histórico da inclusão que pode ser uma inspiração para todos envolvidos na educação ter um olhar reflexivo, promovendo posturas e cenários voltados totalmente para educação inclusiva.

A justificativa do tema é que dentro do cenário educacional há muitos paradigmas e práticas que podem demonstrar uma exclusão, não oportunizando a aprendizagem dos alunos com dificuldade de aprendizagem ou deficiência, muitas vezes por desconhecer ou por ter práticas didáticas

tradicionais que não reconhece o aluno como protagonista do cenário educativo.

Essa pesquisa pode incentivar muitos educadores e famílias a valorizar capacidades e habilidades diferentes, quebrando paradigmas de comparação, preconceitos, entre outros que trazem a exclusão. A igualdade que deve existir é da oportunidade da educação como um direito.

O objetivo geral do trabalho é verificar a importância do conhecimento do processo histórico da inclusão e como objetivos específicos: Analisar a história da educação inclusiva no Brasil: a partir de 1500; verificar o que é inclusão; Verificar os períodos do processo da educação inclusiva no Brasil: segregação, integração e inclusão; Analisar os problemas e as defasagens na educação inclusiva no Brasil; Buscar soluções para os problemas e as defasagens na educação inclusiva no Brasil

Deste modo, quais as possíveis soluções da educação inclusiva no Brasil?

Quanto mais conhecer o processo da conquista da inclusão, melhor pode ser a postura diante do cenário educativo para uma inclusão efetiva; muitos paradigmas da exclusão só podem ser rompidos quando se há conhecimentos sobre as lutas e conquistas; é necessário mudar muitas práticas pedagógicas para uma escola inclusiva.

A metodologia do trabalho é uma pesquisa bibliográfica, de livros e artigos. Foram analisadas obras como: Pacheco (2007) com o livro caminhos para uma inclusão, da biblioteca digital; Lopes e Fabris (2013) que criticam sobre a inclusão e coloca melhor algumas definições, entre outros.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: A PARTIR DE 1500**

O processo da educação inclusiva desde a colonização trouxe muitos aspectos e situações que marcam o processo histórico da educação. O Brasil ao ser descoberto, havia tribos indígenas, nos quais, Ferrer e Silva (2018, p. 2) coloca que:

Estas tribos indígenas desenvolviam uma economia natural e de subsistência em que sobreviviam da caça, da pesca, da coleta de frutos e de algumas plantações. Os produtos eram divididos igualmente por todos não havendo, portanto, excedentes. Assim, viviam com suas tradições, crenças, costumes e rituais.

Ao longo da história anterior e posterior ao século XVIII, as pessoas tidas como anormais sofreram inúmeras práticas de exclusão e de extermínio. No final da Idade Média, os reconhecidos como anormais ganham direito à vida, porque são reconhecidos pela Igreja como criaturas de Deus. A partir da intervenção da Igreja sobre a vida dos anormais, o entendimento sobre a anormalidade passou a ser de domínio metafísico e religioso. Isso significa que distintos entendimentos ora posicionavam os anormais entre os acontecimentos demoníacos, ora os colocavam como castigos (LOPES; FABRIS, 2013).

O que importa destacar após o domínio do cristianismo, é que a anormalidade deixou de estar na ordem da exclusão e passou a compor a ordem da segregação, ou seja, da morte ou do desaparecimento social, os anormais, passaram a ser segregados/discriminados (LOPES; FABRIS, 2013, p. 47).

Eles não deixavam de existir, mas sua existência era conduzida e explicada pela Igreja e dentro dos princípios da moral cristã. Dessa forma, a condução das condutas dos anormais estava orientada por uma forma de governo pastoral.<sup>6</sup> A forma de conduzir visível no poder pastoral que atribuiu aos anormais proteção divina, estava mergulhada em uma áurea mística forte até o século XVIII (LOPES; FABRIS, 2013).

Em resumo, no início da Idade Média, aqueles considerados anormais eram excluídos, pois sua existência era eliminada e não se constituíam como uma preocupação da monarquia (LOPES; FABRIS, 2013).

No final da Idade Média os anormais foram abrigados no manto da Igreja: passaram a ser considerados criaturas de Deus e, por isso, mereciam permanecer vivos. A existência de tais sujeitos com a proteção da Igreja gerou processos de segregação, ou seja, eram separados dos demais para que não se tornassem uma ameaça a todos (LOPES; FABRIS, 2013).

Conforme Brasil (2006) é possível identificar que o período que antecede o século XX é marcado por atitudes sociais de exclusão educacional de pessoas com deficiência, porque eles eram considerados indignos ou incapazes de receber uma educação escolar, constando dentro dos estudos científicos da época uma tentativa de demonstrar as possibilidades de tratamento da deficiência, predominavam as concepções filosóficas de marginalização e segregação dessas pessoas.

Logo após, na década de 50, conforme Brasil (2006) começaram a surgir as primeiras escolas especializadas e as classes especiais, no qual a Educação Especial se consolidava como um subsistema da Educação Comum, se tornando um período no qual predominou a concepção científica da deficiência, acompanhada pela atitude social do assistencialismo presente na Idade Média e reproduzido pelas instituições filantrópicas de atendimento aos alunos com deficiência.

Depois, a resposta da frequência dos alunos com deficiência nas classes comuns, de acordo com Brasil (2006) foi na década de 70, com o surgimento da proposta de integração, surgiu o avanço dos estudos nas áreas de Psicologia e Pedagogia que passaram a demonstrar as possibilidades educacionais desses alunos. Predominava a atitude de educação/reabilitação como um novo paradigma educacional. Entretanto, coexistia também uma atitude de marginalização por parte dos sistemas educacionais, que não ofereciam as condições necessárias para que os alunos com deficiência alcançassem sucesso na escola regular.

Nas décadas de 80 e 90, conforme Brasil (2006), teve início a proposta de Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, numa perspectiva inovadora em relação à proposta de integração da década de 70, cujos resultados não modificaram muito a realidade educacional de fracasso desses alunos, mas a proposta de inclusão propôs que os sistemas educacionais passem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade para todos e fazer adequações que atendam às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, contrapondo à homogeneização de alunos, conforme critérios que não respeitam a diversidade

humana.

## O QUE É INCLUSÃO: DEFINIÇÃO

Conforme Brasil (2006) a inclusão escolar, enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios ou exigências de natureza alguma, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos, requerendo um processo de ressignificação de concepções e práticas, nos quais os educadores passem a compreender a diferença humana em sua complexidade.

Assim, conforme Brasil (2006) é uma compreensão não mais com um caráter fixo e um lugar: preponderantemente no outro, mas entendendo que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas e estão em todos e em cada um, ao mesmo tempo, contribuindo para transformar a realidade histórica de segregação escolar e social das pessoas com deficiência, tornando efetivo o direito de todos à educação.

A escola inclusiva, numa dinâmica promissora, busca a reorientação curricular, propondo uma nova forma de abordar os conteúdos curriculares no cotidiano escolar. O planejamento curricular coletivo pode acontecer por áreas, ciclos ou assuntos de interesse comum. Esta ação da escola desloca o enfoque das sequências lógicas, hierarquização de conhecimentos, ordenamento e grades horárias, passando para um novo entendimento do currículo e sua função. Tal concepção propõe a revisão dos conteúdos e suas prioridades, objetivos, temporalidade, considerando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. (BRASIL, 2006, p. 21).

Ao passo que, conforme Brasil (2006), deve-se flexibilizar o currículo para organizar as modalidades adaptativas (metodologias, avaliação, temporalidade) conforme as necessidades pedagógicas do aluno para que se dê o acesso à aprendizagem, bem como das possibilidades e barreiras para aprendizagem deste público-alvo.

Lopes e Fabris (2013) considera que de uma forma crescente a inclusão tem sido potencializada visando, entre outras conquistas, minimizar os prejuízos e as inúmeras exclusões geradas pelas práticas que exploraram e discriminaram segmentos da população ao longo da história.

Deste modo, ao mostrar que a inclusão – ao ocupar o status de imperativo de Estado e tornar-se uma das estratégias contemporâneas mais potentes para que o ideal da universalização dos direitos individuais seja visto como uma possibilidade de se inserir dentro da grade de inteligibilidade que promove, entre outras coisas, a ampla circulação das pessoas, os fluxos internos nos organismos de Estado, a diversidade, a diferenciação entre coisas comparáveis e visíveis (LOPES; FABRIS, 2013).

Em um primeiro momento, é discutido a noção atual e emergente da inclusão buscando entendê-la como um processo datado advindo dos muitos movimentos sociais, econômicos e culturais produzidos na história da Modernidade (LOPES; FABRIS, 2013).

A palavra inclusão aparece na Academia dos Singulares de Lisboa em 1665. Etimologicamente a palavra vem do latim *inclusio*, *-ōnis* – encerramento, prisão. Os seus usos, assim como da palavra exclusão, foram sendo ressignificados até os dias atuais. A palavra incluir, conforme o dicionário Houaiss, tem 4 acepções: (1) verbo: encerrar, pôr dentro de; fazer consta dê; juntar (-se) a; inserir(-se), introduzir(-se). (2) fazer figurar ou fazer parte de um certo grupo, uma certa categoria de pessoas; pôr. (3) conter em si; compreender, conter, abranger; (4) trazer em si; dar origem a; implicar, envolver, importar. (LOPES; FABRIS, 2013, p. 68).

Assim, os autores colocam que a inclusão traz consigo um novo paradigma que está sustentado no princípio da “educação para todos”. Partem do princípio de que todos devem ter acesso, desde o princípio, à educação e à vida social.

Outro entendimento possível para o termo inclusão que os autores trazem é como sinônimo de integração. Nesse caso, a inclusão toma o viés do estar junto no mesmo espaço físico e associa-se à noção de normação/correção daquilo que é anormal nos indivíduos. O ponto central desse entendimento é tornar a diferença algo que possa ser reduzido ao mesmo. Nesse caso, a diferença passa a ser entendida como o oposto de o mesmo, além de semelhante à diversidade.

Muito embora nos anos 1990, na Conferência Mundial de Educação Para todos, o termo inclusão já estivesse em circulação em Jontien, na Tailândia, na história das políticas educacionais brasileiras, a noção de inclusão aparece nomeada oficialmente em meados da década de 1990 (LOPES; FABRIS, 2013, p. 69).

A inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que uma determinada criança com necessidades especiais se ajuste à escola (integração). De acordo com a declaração de Salamanca sobre necessidades educacionais especiais, “aquelas que possuem necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança capaz de atender as suas necessidades” (Unesco, 1995 Apud PACHECO, 2007).

Os currículos de escolas inclusivas são caracterizados por sua habilidade de incorporar conteúdo que promovem o desenvolvimento de habilidades sociais, além do conteúdo acadêmico. Parece que a dinâmica de uma escola inclusiva requer a constante promoção dessas habilidades (PACHECO, 2007).

## **PERÍODO DO PROCESSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: SEGREGAÇÃO, INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO**

A inclusão na educação teve um processo histórico, anteriormente com diversos tratamentos para pessoas com deficiência.

Belther (2017) relata que o período extermínio da educação especial é marcado pela brutalidade em relação às pessoas com deficiência, que não tinham sequer o direito à vida, mudando essa situação só no período seguinte, da segregação, quando, sob a hegemonia da Igreja Católica, houve a propagação de ações assistencialistas.

Fink (2018) relata que a inclusão no Brasil passou de um foco excludente para uma visão inclusiva de todos, assim, são visíveis na história as práticas de exclusão daqueles que eram igno-

rados pelo poder público e sociedade. Partindo, do século XVIII, período que se caracterizou por movimentos de exclusão, as pessoas com deficiência foram retiradas do convívio social porque não tinham direitos, nem a sociedade os aceitava, portanto, necessitavam viver reclusos, era o processo de segregação.

Pedrosa et al (2018) relata que a humanidade é marcada por um histórico de exclusão dos diferentes, sendo a forma mais elementar de segregação o extermínio ou o abandono de pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência, visto que eram incapazes de prover seu próprio sustento ou defender-se das situações de perigo, mas, no entanto, no século XVIII surgiram relevantes perspectivas acerca da necessidade de um ensino que contemplasse o desenvolvimento dos sujeitos, de modo a alcançar suas peculiaridades psicológicas e os preparar para a vida.

Coll, Marchesi e Palacios (2004) comenta que a educação especial teve profunda transformações durante o século XX, no qual foi impulsionada pelos movimentos sociais que reivindicaram igualdade entre todos os cidadãos e a superação de qualquer tipo de discriminação e incorporando-se aos poucos no sistema educacional regular, buscando fórmulas que facilitassem a integração de alunos com alguma deficiência.

A integração era a palavra utilizada para caracterizar as iniciativas de colocar aqueles alunos que não estavam nas escolas regulares para dentro de tais escolas (LOPES; FABRIS, 2013, p. 69).

Surgiu a partir daí, então, conforme Coll, Marchesi e Palacios (2004), muitas reflexões no campo educativo, fazendo com que os problemas desses alunos fossem encarados a partir de um enfoque mais interativo, no qual a própria escola deveria assumir sua responsabilidade diante dos problemas de aprendizagem que eles manifestavam, deveriam ocorrer então mudanças nas escolas para assegurar uma integração educativa positiva.

Conforme os autores, isso fez levar a um novo impulso da educação especial em torno das escolas inclusivas, surgindo o conceito de escolas que supunha uma maneira mais radical de entender a resposta educativa à diversidade dos alunos, baseando-se fundamentalmente na defesa de seus direitos, para uma profunda reforma nas escolas, tornando possível uma educação de qualidade, sem nenhum tipo de exclusão.

De acordo com Coll, Marchesi e Palacios (2004) a integração relacionada ao sistema educacional pela presença física nas salas de aulas regulares dos alunos com alguma deficiência, supõe uma mudança profunda, dirigida aos objetivos mais amplos e equilibrados para definir um currículo flexível e formação de todos os professores na atenção das diversidades dos alunos.

Assim, conforme Brasil (2005) um pressuposto frequente nas políticas relativas à inclusão supõe um processo sustentado unicamente pelo professor, no qual o trabalho do mesmo é concebido como o responsável pelo seu sucesso ou fracasso, e a aprendizagem dos alunos é uma das metas fundamentais, não só dos professores, mas de todo o profissional que esteja implicado com a educação e, sem dúvida, uma prática pedagógica adequada é necessária para alcançá-la. “Esta situação é facilmente verificável através das inúmeras queixas veiculadas pelos professores, muitas vezes impotentes, diante das dificuldades para atender a diversidade de seus alunos.” (BRASIL, 2005, p. 9).

A educação como direito entra na Constituição de 1988, de acordo com Brasil (1988): “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” E na perspectiva da educação inclusiva. (Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008, p11).

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e em outros, como os transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento desses estudantes.

Deste modo, Fink (2018) relata que a implantação das leis que regem os métodos e as formas de inclusão no Brasil, provocou transformações importantes na concepção de inclusão social na sociedade brasileira pois com maiores investimentos do estado nas condições de vida, na educação e participação social destes sujeitos, que articulados aos desejos já inculcados nas pessoas com deficiências e suas famílias, sendo possível perceber um ambiente notoriamente inclusivo.

O uso mais ampliado do termo inclusão não consegue estabelecer a necessária diferenciação entre as várias categorias excluídas. Portanto, podemos pensar que todos, indistintamente são submetidos aos mesmos processos de in/exclusão, assim, é comum que a escola adote o mesmo processo de in/exclusão quer se trate de uma criança autista, quer se trate de um jovem surdo, quer se trate de uma pessoa considerada normal. (FINK, 2018, p. 14).

Assim, conforme Fink (2018) a inclusão escolar de pessoas com deficiência e, consequentemente sua inclusão social só foi possível a partir da criação e regulamentação de diversas Leis.

Adiante, para que se possa entender como se desenrolou com o passar dos anos, essa problemática, no que tange as Leis da Educação Especial, reconhecida como traço de um percurso legal no que tange as Leis da Educação Especial.

## **SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS E AS DEFASAGENS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

A escola no contemporâneo tem novas abordagens para o aprendizado de todos, sem exclusão, sendo acrescentado cada vez mais assistência, novos métodos e práticas, na busca de vencer as barreiras das dificuldades de aprendizagens e a promoção social dos alunos.

As condições podem ser bastante variadas, mas apresentam a necessidade de auxílios ou serviços que vão possibilitar a participação no processo de aprendizagem. Em muitos casos, a oferta de materiais e equipamentos, as barreiras arquitetônicas, o mobiliário, a rede de comunicação, a logística, a metodologia, tudo faz parte dos aspectos necessários para que o processo de aprendizagem aconteça (CIRINO, 2016).

A educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia, reforma escolar e melhorias nos programas. No que tange à justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e de aceitação. As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional (PACHECO, 2007, p. 15).

Logo, esse atendimento educacional inclusivo, conforme Bianchi (2017) faz-se necessário para que o professor consiga atender à sua demanda de alunos com qualidade, e porque é o tipo de profissional mais adequado para atender às especificidades do aluno especial, isso tudo sem segregá-lo no ambiente da escola regular, que é rico em relações humanas, e é o ponto de partida para combater preconceitos existentes na sociedade.

Bianchi (2017) então considera que, a principal diferença entre a integração e a inclusão é que integrar, é procurar inserir um aluno que anteriormente foi excluído, já incluir é não permitir que esta exclusão tenha ocorrido, ou seja, na inclusão o objetivo é que ninguém fique fora do contexto de ensino regular, desde o início de sua vida escolar.

Paula e Peixoto (2019) relata que a inclusão não é apenas colocar o aluno dentro da sala de aula regular, mas incluir em todas as atividades, propondo condições para que eles possam interagir, construindo novos conhecimentos de maneira própria e no tempo da criança, no qual a aprendizagem deve ser acompanhada pelo professor, bem como pela família, pois ambos se relacionam e enriquecem os conhecimentos adquiridos pelo aluno.

Paula e Peixoto (2019) conclui que o educador deve estar sempre em busca de novos conhecimentos, para enriquecer o desenvolvimento do aluno e o seu próprio. Para que a inclusão apresente o verdadeiro sentido, o professor deve transmitir conhecimentos, aceitar a realidade e adaptar-se a ela, desenvolver o aluno sempre com foco em seu potencial e habilidades preservadas, no qual realizar atividades lúdicas com as crianças com autismo, tais como jogos, recursos diversos, exercícios de concentração, pois só assim, o aluno irá significar as experiências dele em sala de aula e a partir daí evoluir e sentir-se incluído.

Desta forma, para atingir o objetivo, conforme Coll, Marchesi e Palacios (2004), a escola deve ter o equilíbrio de forma educativa, de forma compreensiva e diversificada, proporcionando uma cultura comum a todos os alunos, evitando a discriminação e a desigualdade de oportunidades e respeitando ao mesmo tempo, as características e necessidades individuais.

Existem necessidades educativas comuns compartilhadas por todos os alunos, relacionadas às aprendizagens essenciais para o seu desenvolvimento pessoal e sua socialização, que se expressam no currículo escolar. Nem todos os alunos, porém, enfrentam com a mesma bagagem e da mesma forma as aprendizagens estabelecidas nele, visto que têm capacidades, interesses, ritmos, motivações e experiências diferentes que medeiam seu processo de aprendizagem (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p. 290).

Para Pacheco (2007) Para atender às diferentes necessidades, o currículo e as atividades em sala de aula devem ser dirigidos a todos alunos na sala de aula comum. Nessa questão, precisa haver um acordo unânime. A partir desse ponto de vista, as adaptações curriculares que são feitas através de planos individuais precisarão empenhar-se para garantir o grau mais alto possível de participação em sala de aula.

Quanto a planos individuais, é necessário distinguir a redação desses de sua implementação. Ao colocar a teoria em prática, o que as escolas inclusivas parecem questionar é a atenção individual dada ao aluno afastado do resto da turma, e não a criação de um plano individual por si só. Os professores precisam ter cuidado para que planos individuais ou pessoas não se tornem instrumentos de segregação (PACHECO, 2007).

Os professores precisaram ser proativos, planejando a sala de aula, ou seja, os espaços de aprendizagem, fornecendo materiais, arranjando o equipamento e os assentos, garantindo uma interação face a face, etc (PACHECO, 2007).

A escola é responsável pelo planejamento e pelas decisões curriculares em estreita colaboração com as famílias. Os especialistas, que no passado eram, enfim, responsáveis por criar planos individuais, agora assumem principalmente o papel de assessores e consultores em relação a certos aspectos (PACHECO, 2007, p. 35).

As dificuldades são muitas quando consideradas que, para a inclusão social e escolar acontecer, é necessário também intervenção em curto prazo nas diferentes instâncias da comunidade na qual a vida do sujeito está inserida, sendo necessário criar condições de acesso aos espaços comuns da vida cotidiana de uma comunidade. Para isso ocorrer, é preciso a participação de todos, notadamente daqueles que trabalham para a universalização do acesso e da garantia de permanência, bem como a melhoria da qualidade do ensino como um todo.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas. (BRASIL, 2014, p. 1).

Nesse contexto, a adaptação curricular refere-se ao ajuste da pré-lição dos objetivos de estudo, do material, dos métodos e do ambiente em sala de aula, de modo que ela possa atender às necessidades dos alunos. Isso relacionava-se a métodos de ensino, escolha de situações como trabalho individual, trabalho em pares, trabalho em grupos ou ensino para a turma toda. Essas adaptações podem ou não ser visíveis para um visitante (PACHECO, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme ocorre as mudanças no processo histórico educacional, deve também favorecer os alunos da inclusão, que já passaram por diversos processos para sair da exclusão e chegar nas perspectivas de uma aprendizagem com qualidade.

As políticas de inclusão apontam as responsabilidades educacionais para o corpo docente, que se sente desamparado, sem recursos, para cumprir as especificidades de aprendizagem da educação especial. A formação continuada com especializações pode facilitar o processo inclusivo, fornecendo técnicas educativas para o docente.

Educação inclusiva significa que todas as crianças são educadas em salas de aula regulares, no qual cada criança tem um modo de aprender subjetivo. As políticas Públicas devem fornecer o máximo de apoio necessário para crianças, professores e salas de aula para garantir que todas as crianças possam participar de suas escolas e aulas.

Deve-se ter um olhar reflexivo diante da mediação com a criança, com o que ela tem que aprender. É preciso sair da postura excludente e deixar a criança não somente na postura de integração, mas dar oportunidades iguais para todos aprenderem, sendo a inclusão.

## REFERÊNCIAS

BELTHER, Josilda Maria. **Educação Especial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BIANCHI, Rafaela Cristina. **A educação de alunos com transtornos do espectro autista no ensino regular: desafios e possibilidades**. Franca: Universidade Estadual Paulista, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial Para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Ministério da Educação. 2008

BRASIL. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2014.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DINIZ, Margareth. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios**. --Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FERRER, Rossana Farias Queiroz; SILVA; Luziel Augusto da. **Trajetória Histórica Da Educação Especial: Os Excluídos Da História Da Educação Oficial Do Brasil (1500 - 2000). Anais III CIN-TEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/45078>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FINK, Isabel Cristina. **Autismo e educação: possibilidades e estratégias de inclusão.** Lajeado: Universidade do Vale do Taquari, 2018.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação.** Belo horizonte: Autêntica Editora, 2013. --(Coleção Temas & Educação)

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. **POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM: Ações Pedagógicas para alunos com dificuldade e Deficiência.** Campinas, SP: Alínea, 2011.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar;** tradução Gisele Klein. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2007

PAULA, Jessyca Brennand de; PEIXOTO, Mônica Ferreira. **A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades.** Cadernos da Pedagogia, v. 13, n. 26, p. 31-45, Out/Dez 2019

PEDROSA, Débora Helen Alves [et al]. **O transtorno do espectro autista (tea) e a inclusão escolar.** Revista Científica Semana Acadêmica, Ed. 144, 2018

RODRIGUES, Ana Maria. **Psicologia da aprendizagem e da avaliação.** São Paulo, SP: Cengage, 2016.